

MULHERES DE CONFORTO: UMA ANÁLISE SOBRE A PROSTITUIÇÃO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

COMFORT WOMEN: AN ANALYSIS ON PROSTITUTION IN THE SECOND WORLD WAR (1939-1945)

*Murilo Mesquita*¹

*Maria Beatriz Santos Azevedo*²

*Laura Beatriz Benício Vieira*³

*Adriano Ribeiro de Castro*⁴

RESUMO: Para investigar a experiência de mulheres no cenário asiático da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a pesquisa tem como objetivo geral analisar o papel das *mulheres de conforto* no cenário de guerra; e como objetivos específicos de (i) caracterizar o papel dessas mulheres na estratégia de segurança japonesa; (ii) descrever os conceitos de prostituição militarizada, estupro militarizado e *mulheres de conforto*; e (iii) identificar os fatores responsáveis pela criação das *mulheres de conforto*. Na primeira seção apresenta-se um aporte teórico feminista sobre o papel das mulheres em cenários de guerra. Na segunda são trabalhados os conceitos de prostituição militarizada e *mulheres de conforto*. A terceira apresenta o contexto histórico referente ao desenvolvimento dessa prática de guerra. Ao fim, *mulheres de conforto* se configura como uma prática de guerra adotada pelo Estado japonês que normatiza a conduta das suas forças armadas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres de conforto. Teoria Feminista. Segurança Internacional. Segunda Guerra Mundial. Japão.

¹ Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre e Bacharel em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Graduando em Direito (UFPB). Professor Substituto no Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Professor de Relações Internacionais na Universidade Potiguar (UnP). E-mail: murilo_mesquita@hotmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4191506755223439>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7313-2974>

² Bacharela em Relações Internacionais (UEPB). <https://orcid.org/0000-0001-7529-8313> Email: beatrizaze@hotmail.com

³ Graduanda em Relações Internacionais (UEPB). <https://orcid.org/0000-0001-7141-0785> Email: laura.beatriz0698@gmail.com

⁴ Graduando em Relações Internacionais (UEPB). <https://orcid.org/0000-0002-9839-2473> | Email: adrianoribeiro58@gmail.com

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2022.v15.n2.p109-122>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

ABSTRACT: The subject of the investigation is the experience of women in the Asian scenario of World War II (1939-1945). Within this scenario, the research is guided by the following problem-question: How are women instrumentalized in the war scenario? This question refers to the practice of female exploitation, as an exercise in war, by the Japanese State, when it institutes women of comfort – the forced prostitution of women – as a standardized practice linked to conflict. Thus, the investigation aims to analyze the role of women comfort in the war scenario. Therefore, specific objectives are (i) to characterize the role of these women in the Japanese security strategy; (ii) describe the concepts of militarized prostitution, militarized rape and comfort women; and (iii) identify the factors responsible for creating women of comfort. From a qualitative methodological culture, we resort to a research design based on a case study, whose dependent variable is the existence of women of comfort. The first section of the research deals with a theoretical feminist contribution that focuses on the role of women in a war scenario. The second section works with the development of the concepts of militarized prostitution and comfort women. The third section deals with the historical context that allows the development of this practice of war. At the end, there are the final considerations, when it is stated that the practice of war adopted by the Japanese State assumes characteristics that regulate the conduct of its armed forces in conflict by objectifying the female figure.

KEYWORDS: Comfort women. Feminist Theory. International Security. Second World War. Japan.

INTRODUÇÃO

O Pós-Guerra Fria permite um cenário mais favorável à emergência de estudos de segurança internacional desvinculados das abordagens tradicionais baseadas no estadocentrismo. Diante disso, uma das perspectivas que passa a conquistar um maior protagonismo dentro da disciplina de Segurança Internacional são as teorias feministas e os estudos de gênero, que têm como objetivo tornar visível a realidade e os contextos de violências perpetrado contra as vidas das mulheres.

Nesse sentido, as perspectivas feministas procuram superar as limitações de análises que cerceiam as teorias tradicionais, uma vez que a restrição analítica dessas teorias acaba por legitimar hierarquias e violências de gênero, mesmo que indiretamente. Ao chamar atenção para essa questão, as perspectivas feministas procuram visibilizar assuntos que foram silenciados ou minimizados nos debates centrais que constroem as Relações Internacionais, como, casos de estupros de guerra, prostituição sistematizada pelo Estado e estereótipos ligados ao gênero.

Frente a isso, esse artigo adota como ponto de partida a discussão do papel das mulheres em cenários de guerra e realiza um estudo de caso a respeito do *sistema mulheres de conforto*, operado no período da Segunda Guerra Mundial, quando mulheres foram sexualmente exploradas pelo Estado japonês. Desse modo, a pesquisa busca responder a seguinte pergunta-problema: como o *sistema mulheres de conforto* foi instrumentalizado pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial?

Assim, o objetivo geral do artigo é analisar o papel das mulheres conforto no cenário de guerra. Dentre os objetivos específicos tem-se: (i) apresentar base crítica dos estudos feministas e de gênero sobre as ideias de feminilidade e masculinidade; (ii) descrever os conceitos de Masculinização da violência e Militarização da masculinidade; (iii) caracterizar o papel dessas mulheres na estratégia de segurança japonesa; e (iv) identificar os fatores responsáveis pela criação do *sistema mulheres de conforto*.

Como um estudo de caso, a investigação se desenvolve a partir de uma cultura metodológica qualitativa. Desde essa metodologia, busca, com a técnica do *processtracing*, estruturar uma narrativa histórica calcada em condições necessárias e de suficiências que permitam a pesquisa desenvolver uma lógica *backforward* por meio da qual os objetivos específicos, notadamente o terceiro objetivo, são alcançados.

Com base nisso, a primeira seção dessa pesquisa versa sobre o aporte teórico feminista. Essa abordagem norteia a investigação, que se debruça sobre o papel das mulheres em um cenário de guerra, no qual considera que os discursos sobre segurança nacional são construídos desde uma lógica masculinista. A segunda seção trabalha com o desenvolvimento dos conceitos de *prostituição militarizada* e *mulheres de conforto*. A terceira seção versa sobre o contexto histórico e o desenvolvimento de condições necessárias à estratégia de guerra japonesa pautada na violência de gênero contra as mulheres. Ao fim, tem-se as considerações finais, por meio da qual observa-se que estratégia de guerra adotada pelo Estado japonês assume características que buscam normatizar a conduta de exploração sexual e reificação de mulheres por parte das suas forças armadas em conflito.

1 TEORIAS FEMINISTAS E A CONSTRUÇÃO DO PAPEL DA MULHER EM CENÁRIOS DE GUERRA

A teoria feminista de Relações Internacionais tem a função de fornecer informações empíricas sobre como funciona o mundo, que não estariam disponíveis sem “o uso do gênero como categoria de análise” (MONTE, 2010). Logo, um dos objetivos dessas abordagens está voltado para questionar premissas tidas como tradicionais, referentes a questões de gênero, baseadas em diferenças biológicas entre mulheres e homens (SBJOBERG; VIA, 2010). Dessa maneira, o gênero, desde uma concepção feminista, se configura como uma característica social e não está apenas relacionada às características biológicas de homens e mulheres.

Sendo assim, a noção de gênero construída desde uma perspectiva feminista busca desconstruir concepções sociais que foram naturalizadas a respeito da figura e do papel que a mulher e o homem desempenham em sociedade. Dessa forma, para que se possa examinar a relação entre homem e mulher no meio social é necessário ter em vista a ideia de uma desigualdade que é previamente construída e que, *a priori*, é tida como natural e referente à própria biologia. Destarte, as teorias e abordagens feministas surgem para desconstruir tais ideais e apontar que as desigualdades mencionadas não são parte de um processo biológico ou natural, mas uma construção social e patriarcal que estrutura uma sociedade hierarquizada a partir de premissas de gênero que estabelecem um domínio do homem sobre a mulher. O patriarcado é, portanto, a representação da dominação masculina sobre

as mulheres, que privilegia o que é tido como masculino enquanto oprime aquilo que é considerado feminino (MIGUEL, 2014; LIMA; SILVA, 2016).

Em um mundo cercado pelo patriarcalismo, a imagem construída sobre a mulher a identifica como um indivíduo frágil, sensível, submisso e vulnerável. Ao passo de que o homem é entendido como a representação da força, proteção, agressão e liderança. De acordo com Bourdieu (2012), o meio social atua como uma máquina que legitima e naturaliza a dominância masculina. Destarte, a dicotomia construída entre o homem e a mulher resulta em características que são hierarquizadas. Aquelas que são associadas à masculinidade são valorizadas enquanto as características associadas à feminilidade são inferiorizadas. No âmbito político, esse processo de hierarquização ocorre concomitante a instrumentalização de dois outros procedimentos – o de classificação e o de categorização – que delimitam o papel dos indivíduos na sociedade (SBJOBERG; VIA, 2010).

Dentro desses processos de classificação e categorização, as desigualdades de gênero são reificações operadas a partir de uma lógica pautada pela divisão sexual do trabalho, dentro da qual homens são concebidos diante de uma condição natural atrelada às ocupações da esfera pública, vinculadas às searas econômicas e políticas. Por seu turno, às mulheres restam a esfera privada, nas searas da domesticidade e da reprodução (LIMA; SILVA, 2016). Desde essa dicotomia, “as mulheres têm sido vistas como ‘naturalmente’ inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (OKIN, 2008, p. 308).

Em que pese esses processos de hierarquização, classificação e categorização de gênero, um contexto pertinente às análises feministas é o cenário de guerra. No contexto de beligerância, o processo de hierarquização, classificação e categorização de gênero intensifica a demarcação das mulheres a funções específicas, segundo as quais são concebidas como *naturalmente* dóceis e pacíficas, incapazes do uso da força (BOYER; CAPRIOLI, 2001). Ademais, definidos dentro dessa lógica dicotômica e hierarquizada, a mulher é posta como vítima e que precisa de alguém para salvá-la, sendo esse alguém um personagem masculino (YOUNG, 2003).

Apesar da construção desse contexto sexista, ao longo da história é possível identificar diferentes momentos em que mulheres foram protagonistas em cenários de guerra e não se limitaram às expectativas classificatórias construídas pelo patriarcalismo. Durante a Segunda Guerra Mundial, o 588º Regimento de Bombardeiros Noturnos, composto por mulheres aviadoras russas e apelidado de Bruxas da Noite, é um forte exemplo de ruptura com essa ideia (NOGGLE, 2001).

É diante da existência de exemplos como este que a análise compreende que a invisibilização das mulheres não pode ter como chave-explicativa apenas a

questão biológica do patriarcalismo. Sua invisibilização é um fenômeno complexo que não permite aceitar como condição de suficiência o argumento de que diferenças biológicas entre homens e mulheres são fatores explicativos satisfatórios para a exclusão, subordinação e submissão feminina em um contexto de guerra (GOLDSTEIN, 2001).

2 A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E A CONSTRUÇÃO DO HERÓI

A invisibilização das mulheres em um contexto de guerra acontece em razão de um processo de construção de gênero que desenvolve uma narrativa que naturaliza e legitima a posição do homem como herói (GOLDSTEIN, 2001). Sendo assim, a noção de gênero, respaldada pela instituição dessa narrativa, é considerada uma chave-explicativa pertinente para a análise do *sistema mulheres de conforto*, pois, nesse caso, argumenta-se que as mulheres não são aptas à guerra, uma vez que não possuem as características físicas e emocionais tidas como *naturalmente* masculinas – agressividade, força e liderança – e fundamentais à guerra. Por conseguinte, o papel designado à mulher é de reforçar a construção do homem como herói, atrelado *naturalmente* às características supramencionadas.

Baseado nos preceitos desse modelo, observa-se a existência da *masculinidade hegemônica*, cuja configuração ocorre a partir do estabelecimento de determinadas normas e valores que se tornaram dominantes em instituições de controle que reforçam ordens sociais e políticas patriarcais (TICKNER, 1992 *apud* VIA, 2010). Nesse sentido, *masculinidade hegemônica* tem a ver com um tipo-ideal de masculinidade que é projetado para os homens e que pode ser analisado com base no seu papel de dominância em sociedade, o qual é reverberado e legitimado com a submissão das mulheres (CONNEL, 1987). Esse tipo-ideal é um modelo cultural e institucional de gênero que delimita e legitima relações e posições de poder nas quais o homem e a masculinidade são hierarquicamente superiores e dominadores; enquanto a mulher e o feminino são subordinados e submissos (ARILHA; UNBEHAUM; MEDRADO, 1998).

A construção da imagem do herói surge dentro da configuração de masculinidade hegemônica, em que se faz necessário seguir comportamentos pertencentes ao mundo masculino. Nesse sentido, o contexto de beligerância, ao reforçar a idealização de uma masculinidade naturalizada aos soldados e consideradas idiossincráticas ao universo masculino, delega às mulheres papéis militarizados que são estereotipados e tidos como inferiores (ENLOE, 2000).

Com essa compreensão, entende-se que normas da *masculinidade hegemônica* são incorporadas às instituições por meio de rituais, procedimentos, rotinas e símbolos (KRONSELL, 2006). O que é visto, por exemplo, com a predominância masculina em cargos da alta hierarquia das instituições militares (KRONSELL, 2006; TICKNER,

1992 *apud* VIA, 2010). Portanto, a consistência de papéis de gênero fundamentados em uma lógica masculinista e de superioridade do sexo masculino, tem efeito direto no modo de organização dessas instituições e na percepção da segurança nacional (TICKNER, 1992 *apud* PETERSON, 1998).

De tal forma, é constitutivo do exercício da *masculinidade hegemônica*, em instituições militares, a imposição às mulheres a posições de subalternidade em relação aos homens. Por essa razão, uma forma de barrar ou questionar a *masculinidade hegemônica* é através da própria presença de mulheres dentro dos quadros de alto estrato hierárquico, dado que isso contribui para tornar visível as normas de gênero masculinistas, romper com o silêncio e alterar a maneira como as instituições são construídas (KRONSELL, 2006).

Com isso e tendo em vista o aporte teórico sobre a construção de instituições arraigadas em uma hegemonia masculinizada e o papel dicotomizado de mulheres e homens em contextos de beligerância, a próxima seção do artigo tem como foco a conexão entre a masculinidade hegemônica e o processo de militarização da masculinidade.

2.1 A MASCULINIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E A MILITARIZAÇÃO DA MASCULINIDADE

Através do fundamento teórico apresentado, observa-se que as teorias feministas enfatizam a influência social na construção dos atributos associados à questão de gênero e se posicionam criticamente à naturalização de aspectos comumente relacionados à noção de feminilidade e masculinidade, cuja representação genérica dessas características corrobora com a instituição de um determinismo social, no qual as mulheres ficam restritas à passividade e a subserviência (SBJOBERG; VIA, 2010). Desse modo, ao tratar do objeto de análise dessa pesquisa – a prática da prostituição militarizada com o *sistema mulheres de conforto* – faz-se necessário entender os conceitos de Masculinização da violência e Militarização da masculinidade.

Desde a lógica explanatória vinculada à *masculinidade hegemônica*, cenários de guerra podem ser vistos como exemplos do exercício de poder de gênero que opera a submissão e subordinação das mulheres a papéis como o da prostituição militarizada. Nesses cenários, a relação entre gênero e militarismo se torna mais cristalina. Esses dois fatores estão historicamente entrelaçados, visto que a característica dominante exigida ao homem para ser um militar tem, essencialmente, influenciado a definição social de masculinidade (ENLOE, 2000).

De acordo com Baker (2012, p. 14), “[...] a percepção das forças armadas como uma esfera dominada por homens resultou da fusão do ideal hipermasculino dominante

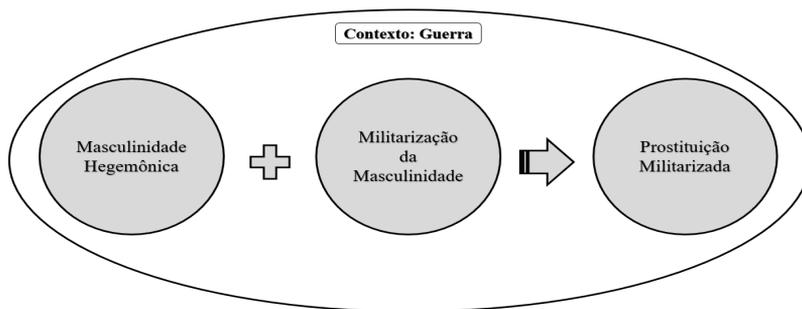
com a definição mais ampla de masculinidade[...]”. Sendo assim, ao equiparar a instituição militar com o que significa *ser masculino*, a sociedade reconhece e promove a naturalização da hegemonia masculina, especificamente, com a masculinização da violência.

Essa noção de violência tem a ver com a necessidade de adotar treinamentos violentos, por meio dos quais valores como competitividade, dominância e agressividade são instigados e reivindicados como condições necessárias para o recrutamento de bons soldados/guerreiros (BAKER, 2012). Essa naturalização resulta então na *militarização da masculinidade*, um “processo passo-a-passo pelo qual uma pessoa ou objeto gradualmente passa a ser controlado pelos militares ou tem seu bem-estar dependente de ideais militaristas” (ENLOE, 2000, p. 03).

Ou seja, a militarização ocorre quando um objeto ou uma pessoa são tratados como instrumentos para garantir a segurança da sociedade. Desse modo, a militarização é resultante da normalização dos valores militares, que transforma o ambiente sociopolítico em um polo controlado e influenciado pela consciência da masculinidade militar (O'BRIEN, 2009).

Nesses termos, a relação entre a masculinidade hegemônica e a militarização da masculinidade, quando instrumentalizadas em um cenário de guerra, facilitam a construção de uma estrutura de poder na qual os papéis dos agentes são condicionados ao gênero. Dentro dessa condição, resta à mulher papéis de submissão e subordinação, os quais, na pesquisa em tela, têm como exemplo, as práticas relacionadas à prostituição militarizada por meio do *sistema Mulheres de Conforto*, utilizado pelo Japão durante a 2ª Guerra Mundial.

Figura 1 – Fatores ideacionais da Prostituição Militarizada



Fonte: elaboração própria (2019).

Dessa forma, a concepção de que a masculinidade militar é sinônimo de masculinidade hegemônica, cujo homem forte e dominante corrobora o entendimento

acerca de uma feminilidade subserviente e passiva, por meio da qual as mulheres são encorajadas a adotar papéis de submissão. Destarte, dada a naturalização das características atreladas à masculinidade hegemônica, criam-se as circunstâncias para a prostituição militarizada e o *sistema mulheres de conforto* (BAKER, 2000).

Ciente disso, esse sistema surge a partir de uma prática militar imperialista japonesa que resulta na exploração sexual de mulheres, em sua maioria chinesas e coreanas entre doze e vinte anos. Essas mulheres eram recrutadas através de dois processos: captura forçada e propostas falsas de trabalho (SOH, 2008). Seu papel era de servir sexualmente, lavar e cozinhar para tropas japonesas e contribuir para a diminuição de estupros em massa realizados por militares japoneses nesses territórios (SOH, 2008).

Consciente da existência da prostituição militarizada como recurso estratégico das forças militares japonesas, a próxima seção retrata mais detalhadamente o que é o sistema *mulheres de conforto*, de modo a identificar os fatores que levaram o Japão a desenvolvê-lo como um sistema de exploração e violência contra as mulheres.

3 A PROSTITUIÇÃO MILITARIZADA: AS MULHERES DE CONFORTO

Na pesquisa, o modelo representado na Figura 1 é utilizado como chave-explicativa para compreender a construção machista e sexista do papel de mulheres em um contexto de guerra. Nesses termos, a Segunda Guerra Mundial é um *case* de análise, quando se observa que diversos países asiáticos, especialmente o Japão, *toleravam* a exploração sexual feminina pelas tropas militares por uma questão estratégica e de conveniência.

Segundo Enloe (2000), durante o período da 2ª Guerra Mundial, a prostituição é utilizada conforme uma lógica masculinista de guerra: “um *mal necessário* para manter a disciplina dos soldados” e para a manutenção da segurança nacional. Naquele contexto, a convicção machista de gênero influencia diretamente a elaboração da segurança estratégica do Japão, ao utilizar a relação entre gênero e sexo como uma estratégia de controle e disciplina, dada consideração masculinista acerca dos impulsos sexuais inerentes aos aspectos *biológicos* dos militares japoneses e à condição das mulheres em atender sexualmente esses impulsos (ENLOE, 2004).

Destarte, é diante desse cenário que o governo japonês formaliza uma estratégia fundamentada em uma noção misógina que separa as mulheres em duas categorias: as *boas* e as *más*. Essa categorização serve para legitimar o que, *a posteriori*, é desenhado como *sistema mulheres de conforto* para conter os impulsos ditos *naturais* dos soldados, ao mesmo tempo em que estabelecia a disciplina e a organização militar das tropas (TANAKA, 2002). Segundo Tanaka (2002), os líderes militares japoneses organizam

esse sistema baseado na convicção de que estavam a proteger o caráter moral e físico das suas tropas e de civis asiáticos. Esse *sistema* é observado como uma necessidade eficiente para impedir que soldados estuprem civis e contraíam doenças por meio do contato com prostitutas não autorizadas.

De antemão, vale ressaltar que o papel de trabalhadoras do sexo não se encaixa na categoria de *mulheres de conforto* por não estarem sob um sistema de escravidão sexual, e sim sob prostituição militarizada, isto é, havia remuneração por seu trabalho e tais mulheres haviam optado por estarem ali por conta de suas condições financeiras, não por uma imposição do governo japonês. Assim, além da própria violência de gênero empregada naquele contexto, chama atenção uma particularidade japonesa. Por causa da masculinidade hegemônica e da militarização da violência são comuns os exemplos de prostituição e estupro militarizados nas mais diversas guerras, porém, o Japão é um caso no qual um governo oficializa a prática da prostituição militarizada e da escravidão sexual como uma política estratégica para o palco de operações de guerra. Ou seja, mulheres são utilizadas dentro de um sistema como instrumentos para a segurança do Estado (MIN, 2003).

Essa particularidade permite a pesquisa identificar quatro fatores que podem ser elencados como condições para a construção do *sistema mulheres de conforto*:

O primeiro fator é a origem. Diferentemente das prostitutas japonesas, que eram experientes e que, costumeiramente, seguiam os acampamentos militares como forma de lidar com a pobreza, as meninas e mulheres vítimas do sistema de *mulheres de conforto* eram, em sua maioria, estrangeiras oriundas das colônias japonesas. Isso porque o sistema era considerado um espaço degradante, grotesco, imoral e sub-humano para ser realizado por mulheres japonesas, de tal modo, sua lógica era reservada às mulheres estrangeiras. Essa bifurcação, no entanto, mesmo que a priori orientada pela origem das mulheres, é estabelecida por um processo classificatório que categoriza as mulheres em *boas e más* (YOUNG, 2003).

Devido a esse processo de classificação possuir um cunho nacionalista e xenóforo, somente mulheres estrangeiras estavam aptas a cumprir a função de *mulheres de conforto*. Às cidadãs japonesas restava outro papel: o reprodutivo, para cumprir “a missão nacional da maternidade” (SOH, 1996) e gerar mais soldados para o exército japonês. Assim, o sistema *mulheres de conforto* é constituído por mulheres e meninas cuja origem eram colônias japonesas, ou seja, nativas da Coreia, China, Filipinas e Taiwan, sendo 80% do total dessas mulheres composto por nacionais coreanas (SOH, 1996).

A utilização desse grupo específico está atrelada ao segundo fator pertinente à construção do sistema *mulheres de conforto*: a estratégia japonesa para a guerra. Essa estratégia é construída em cima de duas lógicas masculinistas:

- (i) para não ocorrer estupros deliberados nos territórios ocupados, deve haver mulheres sempre prontas para atender às demandas sexuais dos soldados (BAKER, 2000). Essa lógica concebe o sistema mulheres de conforto como uma forma de proteção aos civis no território ocupado;
- (ii) a preocupação com a funcionalidade dos soldados. Dentro dessa lógica, para vencer as guerras, o governo japonês deve garantir o máximo de integridade e eficácia dos militares, o que faz com que opere uma política para evitar a exposição dos soldados às doenças sexualmente transmissíveis. Desde essa razão, torna-se essencial que soldados não mantenham relações sexuais com prostitutas, dado a alta probabilidade de contrair doenças venéreas.

O terceiro fator que sustenta o sistema *mulheres de conforto* é a faixa etária. O governo japonês recorre ao aliciamento de meninas e mulheres na faixa entre 12 e 20 anos, porque, nessa idade, a possibilidade de o governo encontrar mulheres ainda virgens e solteiras era maior, o que diminuía a probabilidade de disseminação de doenças sexualmente transmissíveis às tropas japonesas. A justificativa para essa prática baseava-se na noção de que, dessa forma, o governo estaria mais habilitado para o controle de epidemias e para a manutenção moral e física das tropas, o que acarretaria menos prejuízo ao Estado japonês (SOH, 1996).

Por fim, o quarto e último fator identificado para o sistema *mulheres de conforto* é a classe social. Ainda que muitas estrangeiras fossem submetidas ao sistema, esse processo de submissão não acontecia de forma homogênea. Ou seja, nem todas as mulheres jovens e virgens residentes nas colônias eram levadas para o sistema *mulheres de conforto* (MIN, 2003).

Nos anos da Guerra do Pacífico, grande parte das mulheres convocadas, coagidas ou capturadas para se tornar *mulheres de conforto* era originada de famílias pobres e carentes que não conseguiam trabalho devido à assolação generalizada provocada pela guerra. Essas famílias muitas vezes viviam em propriedades alugadas, não possuíam terras para praticar subsistência ou eram sem-teto (MIN, 2003). Dado cenário de alta vulnerabilidade, o governo japonês fazia uso de promessas de empregos para aliciamento. Segundo Min (2003), cerca de 59% das mulheres que foram submetidas ao sistema foram atraídas por falsas promessas de empregos dignos e bem remunerados (MIN, 2003).

O resultado dessa política é o de deslocamento involuntário e coercitivo de 70.000 a 200.000 mulheres e meninas para as *estações de conforto*. Essas estações eram os locais em que os soldados mantinham relações sexuais com as *mulheres de conforto*

sob a supervisão do Estado. Estavam localizadas onde qualquer tropa imperial japonesa estivesse estacionada (Soh, 1996), incluindo o próprio território japonês.

Destarte, com esses fatores é possível sintetizar o sistema de *mulheres de conforto* a partir de cinco condições necessárias elencadas, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Condições Necessárias do Sistema de Mulheres de Conforto

Sistema Mulheres de Conforto	
Condições Necessárias	(i) Domínio colonial (origem das mulheres)
	(ii) Estratégia de guerra japonesa: cultura patriarcal
	(iii) Faixa etária
	(iv) Classe social das mulheres

Fonte: elaboração própria (2019).

Dessa forma, entende-se que para fins didáticos, a relação entre prostituição militarizada e o sistema *mulheres de conforto* se faz a partir de uma analogia à teoria de conjuntos em que uma está contida em outra, representada conforme Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Esquema da relação entre Prostituição Militarizada e Mulheres de Conforto



Fonte: Elaboração própria (2019)

Assim, desde os fatores elencados é possível inferir que o sistema de mulheres de conforto está indissociavelmente ligado às intersecções de gênero, de classe e étnicas, todas pautadas por uma estratégia de guerra, em que o exercício de poder e de dominação subjuga, subordina e violenta mulheres (MIN, 2003).

Com tais informações, torna-se possível sistematizar as motivações alegadas pelo governo japonês para elaborar uma estratégia militar que naturaliza e normatiza a prostituição e a violência de gênero contra mulheres nacionais e estrangeiras em um contexto de beligerância. Desde essa sistematização, o elo entre as condições evidenciadas na análise é que a cultura patriarcal hegemônica afirma que os homens precisam satisfazer suas necessidades sexuais principalmente em tempos de guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre as mulheres de conforto durante a Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista, o que foi exposto é possível responder a pergunta-problema inicialmente feita: como o *sistema mulheres de conforto* foi instrumentalizado pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial?

As motivações para uso das mulheres de conforto pelo Japão assumem uma estratégia de segurança nacional. Ao escolherem determinadas mulheres para o papel de escravas sexuais, buscava-se evitar a ocorrência de estupros deliberados de civis japoneses. Além disso, era uma forma de evitar baixas no exército, dado que as mulheres que eram escolhidas provavelmente não eram acometidas por algum tipo de doença sexual transmissível. Dessa forma, reduzia os riscos de perder soldados em razão de tais doenças.

Com base nisso, é possível perceber que a estratégia de segurança nacional está pautada em uma ótica que coloca a mulher em posição de submissão e que legitima a exploração sexual feminina baseada na conveniência. Sendo assim, a estratégia de segurança nacional japonesa está fundamentada em uma lógica masculinista e de superioridade do sexo masculino, na qual as mulheres são naturalizadas como um objeto cuja função é satisfazer as necessidades sexuais dos soldados japoneses, provendo o “conforto” que eles precisam.

Portanto, as mulheres que ocupavam essa função eram violentadas sistematicamente, seja pela própria violência física atrelada ao estupro, como também pela violência cultural institucionalizada pela prática do Estado japonês em operar uma política de segurança, cujo objeto eram os corpos das mulheres submetidos à violência em função de um objetivo de guerra. Nesse cenário, o Estado japonês contribuiu para a naturalização da prostituição militarizada e para a exploração sexual em prol da disciplina do exército imperial.

REFERÊNCIAS

- ARILHA, M.; MEDRADO, B.; RIDENTI, S. G. **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Ecos: Editora 34, p. 45-48, 1998.
- BAKER, S. **Umbiquitous and Unremarked Upon**: militarized prostitution and the american occupation of Japan and Korea. Universitypress, Washington Dc, 2012.
- BOURDIEU, P. Uma Imagem Ampliada. In: **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, p. 18-67, 2012.
- BOYER, M. A; CAPRIOLI, M. Gender, Violence, and International Crisis. **Journal of Conflict Resolution**, p. 503–518, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3176309>
- ENLOE, C. **Maneuvers**: The International Politics of Militarizing Women's Lives. University of California Press, 2000.
- ENLOE, C. **The Curious Feminist**. University press, California, 2004.
- GOLDSTEIN, J. S. **War and Gender**: how gender shapes the war system and vice-versa. University Press, Cambridge, 2001.
- KRONSELL, A. Methods for studying silences: gender analysis in institutions of hegemonic masculinity. In: True, J. **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 108-128, 2006.
- LIMA, Elaine de J.; SILVA, Murilo Mesquita M. Políticas Públicas Feministas: um olhar do feminismo liberal sobre a lei maria da penha e a lei do feminicídio. *Anais II CONAGES*. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18642>
- MIGUEL, L. F. O Feminismo e a Política. In: Miguel, L. F.; Biroli, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MIN, P. G. Korean Comfort Women: the intersection of colonial power, gender, and class. **Gender and Society**, vol 17, n. 6, p. 938-957, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3594678>
- MONTE, I. X. do. Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de Segurança. Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010_IzadoraXavierMonte.pdf
- NOGGLE, A. **A Dance with Death**: Soviet Airwomen in World War II. Texas A&M University Press, 2001,
- OKIN, S. M. Gênero, o Público e o Privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 16, nº 2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/02.pdf>.
- PETERSON, V. S. Feminisms and International Relations. **Gender & History**, v. 10, n. 3, p. 581–589, 1998. Disponível em: <https://bityli.com/gWAPXi>
- SBJOBORG, L.; VIA, S. **Gender, War, and Militarism**: feminist perspectives. California, 2019.
- SOH, S. C. The Korean “Comfort Women”: movement for redress. **Asian Survey**, v. 36, n. 12, p. 1226-1240, 2006.
- SOH, C. S. The comfort women: sexual violence ad postcolonial memory in Korea and Japan. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

TANAKA, Y. **Japan 's Comfort Women**: Sexual slavery and prostitution during the World War II and the US occupation. Londres, 2002.

YOUNG, I. M. The Logic of Masculinist Protection: Reflections on the Current Security State. **Journal of Women in Culture and Society**, The University of Chicago, v. 29, nº 1, 2003.
Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/375708>

Submetido em: 20/04/2022.
Aprovado em: 09/12/2022.